

Diploma: **CIVA** - **ARTIGO 6º** nº 8, ALÍNEA I)
DECRETO-LEI Nº 347/85, DE 23/08

Assunto: SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS CORPÓREOS
LOCALIZAÇÃO

Proc.F055 2005048 com despacho concordante do Subdirector-Geral dos Impostos, em substituição do Subdirector-Geral dos Impostos, em 02/12/2005

1. A consulente, com domicílio fiscal no Continente e tendo como actividade principal o aluguer de bens fabricados, alugou um conjunto de monoblocos a outra empresa, também sediada no Continente para a construção de uma obra na Região Autónoma da Madeira.
2. Dado existirem divergências sobre a taxa a aplicar à referida operação, solicita esclarecimento vinculativo sobre a mesma.
3. A operação descrita consubstancia-se na locação de bens móveis corpóreos que, ainda que desenvolvida em obras na Região Autónoma da Madeira, é efectuada entre dois sujeitos passivos no Continente.
4. Em termos de taxa aplicável (Continente ou Regiões Autónomas) refere o nº 2 do Decreto-Lei de 23 de Agosto que "as operações tributáveis considerar-se-ão localizadas no Continente ou nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, de acordo com os critérios estabelecidos pelo artigo 6º do Código do Imposto do Selo Acrescentado com as necessárias adaptações".
5. Pese embora a regra geral do local do prestador como refere o nº 4 do artigo 6º do Código do Imposto do Selo, o artº 6º comporta algumas excepções, tendo em conta o tipo de prestações de serviços. Assim, no caso de prestações de serviços de locação de bens móveis corpóreos (com excepção dos meios de transporte), a taxa regulamentada na alínea i) do nº 8 do artº 6º, que determina a localização e, consequentemente, a taxa em vigor, no local onde se situa a sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal do prestador de serviços, desde que este seja sujeito passivo.
6. Assim sendo, no caso em apreço (aluguer de módulos pré-fabricados) e atenta à regra de territorialidade referida, a empresa consulente (prestador dos serviços) deverá proceder à liquidação do imposto à normal (21%), prevista na alínea c) do nº 1 do [artº 18º](#) do Código.
7. Finalmente, refira-se, a título complementar, que a situação invocada, a propósito do ponto 4 do nº 17077, não tem aqui cabimento, pois esse ponto refere-se a transmissões de bens com mobilidade e não aqui em análise, trata-se duma simples locação de bens.